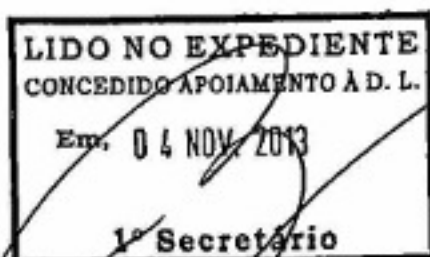




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2418/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Dois Vizinhos.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Dois Vizinhos. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



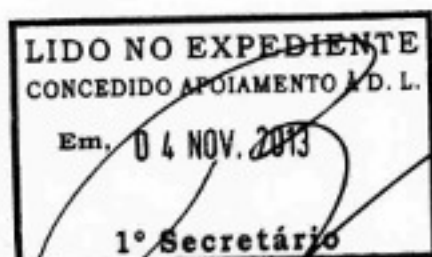
**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2419/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Coronel Vivida.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Coronel Vivida. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**




orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Coronel Vivida.

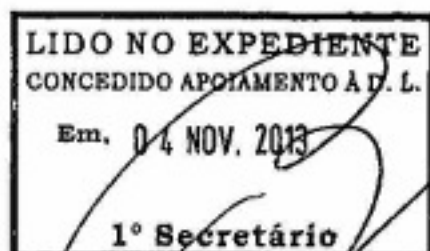
Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



INDICAÇÃO Nº 2420/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Clevelândia.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Clevelândia. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

### JUSTIFICATIVA

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



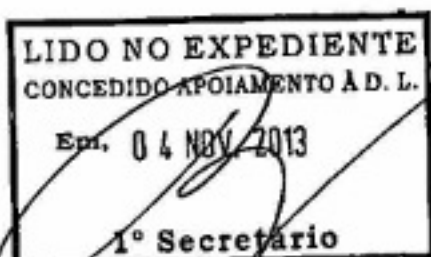
**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2421/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Chopinzinho.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Chopinzinho. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

### JUSTIFICATIVA

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº

2422/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 01 NOV, 2013

1º Secretário

**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Capitão Leônidas Marques.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Capitão Leônidas Marques. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.

  
**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

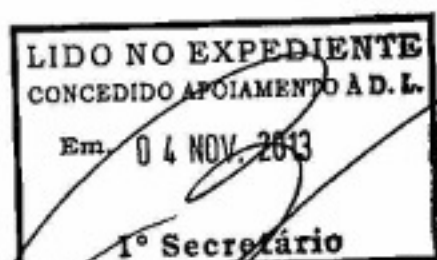
h



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2423/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Capanema.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Capanema. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIVº (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Capanema.

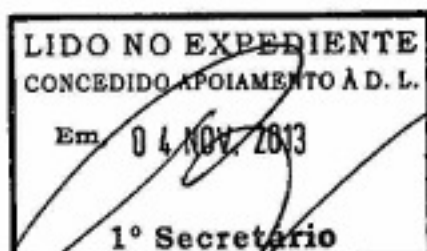
Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



INDICAÇÃO Nº 2424/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Barracão.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Barracão. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

### JUSTIFICATIVA

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIVº (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Barracão.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



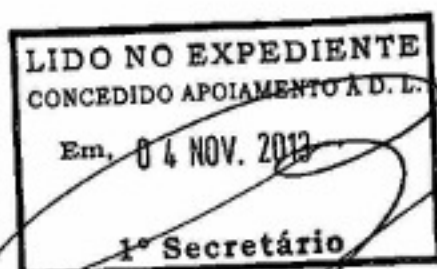
**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2425/13



**Sumula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Ampére.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Ampére. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Ampére.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

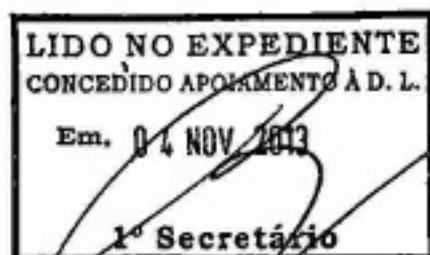


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



## INDICAÇÃO Nº 2426/13



Sugere a pavimentação com paralelepípedos na Estrada Centenário no município de Maringá.

**Ao Secretário de Infraestrutura e Logística**

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere ao Secretário de Infraestrutura e Logística a **pavimentação com paralelepípedos**, com extensão de aproximadamente 1.000 metros na Estrada Centenário, no trecho localizado após o trevo de acesso ao Jardim São Domingos no Distrito de Iguatemi, no município de Maringá.

Tal solicitação encaminhada pela Câmara Municipal de Vereadores de Maringá, justifica-se pelo fato que a referida estrada é de suma importância para os moradores do distrito de Iguatemi e do Jardim São Domingos, com a devida pavimentação com paralelepípedos haverá uma considerável melhoria nas condições de trafegabilidade e segurança no trânsito para a população local.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2.013.

  
**WILSON QUINTEIRO**  
Deputado Estadual - PSB

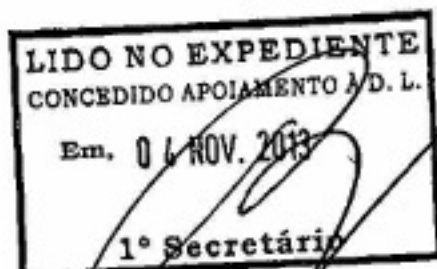


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



INDICAÇÃO Nº 2427/13



Súmula: Sugere a liberação de uma camionete para a Patrulha Rural, do município de Sarandi.

**Ao Secretário de Segurança Pública**

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere ao Secretário de Segurança Pública a **liberação de um veículo camionete para atender a Patrulha Rural**, do município de Sarandi.

Tal solicitação encaminhada pelo vereador Nelson Lima, justifica-se para minimizar os problemas de furtos e roubos nas residências da área rural do município de Sarandi. Com a liberação do veículo citado poderá resultar na diminuição de incidências criminais, demonstrando a atuação firme do Governo do Estado nas ações voltadas para a área da segurança pública no Paraná.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2013.

  
**WILSON QUINTEIRO**  
Deputado Estadual - PSB